

Corte reduz peso da dívida pública

Redução da taxa básica pelo Copom diminuirá a remuneração de títulos indexados à Selic

Luciana Otoni
de Brasília

A redução de 2,5 pontos percentuais na taxa básica de juros da economia, que baixou ontem de 24,5% para 22% ao, proporcionará uma economia de R\$ 18 bilhões na parcela da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) remunerada pela Selic. Em julho o estoque da dívida remunerada pela Selic chegou a R\$ 456,73 bilhões. O impacto, segundo informou o Tesouro Nacional, ocorrerá ao longo dos próximos 16 meses, encerrando-se em dezembro de 2004. A queda dos juros também provocará uma redução de R\$ 4 bilhões no fluxo da dívida da Selic por meio dos títulos a vencerem até o fim do próximo ano.

Em julho, o estoque da DPMFi bateu recorde atingindo o montante de R\$ 690 bilhões. O aumento

de 3%, o equivalente a R\$ 20,5 bilhões, sobre o estoque de R\$ 669,4 bilhões de junho decorreu da apropriação de juros de R\$ 12 bilhões, da emissão líquida de títulos públicos federais no montante de R\$ 5,5 bilhões e do efeito de R\$ 2,9 bilhões resultante da depreciação de 3,26% do câmbio.

Com o elevação, a dívida entrou na margem de meta estipulada para 2003. O Plano Anual de Financiamento da dívida definido pelo Ministério da Fazenda estipulou que para este ano o estoque terá de ficar entre R\$ 690 bilhões e R\$ 750 bilhões.

O chefe do Departamento de Mercado Aberto do Banco Central, Sérgio Goldstein, salientou que apesar da elevação de 3% no estoque do passivo, o perfil da dívida melhorou. "Houve aumento da parcela prefixada, redução da



Sérgio Goldstein

exposição cambial e diminuição da dívida de curto prazo. Essas mudanças são bastante positivas em termos de perfil", comentou.

Na composição da DPMFi, a participação dos títulos prefixados aumentou de 4,48% para 6,31%

fechando em R\$ 43,52 bilhões. A parte remunerada pela Selic decresceu de 67,19% para 66,19%, totalizando R\$ 456,73 bilhões. A parcela correspondente ao câmbio, de R\$ 89,74 bilhões, baixou de 13,49% para 13,01%. Já a parte referente a índice de preços sofreu ligeiro decréscimo de 12,83% para 12,52% fechando em R\$ 86,41 bilhões.

Em julho, a taxa de rolagem da dívida cambial foi de 56,2% considerando-se a parcela principal e os juros intermediários e finais. Em agosto, esse percentual já caiu para 34,5%. Em ambas situações, os percentuais estão bem abaixo dos 81,7% verificados em junho.

Segundo explicou o coordenador de operações da dívida pública pelo Tesouro Nacional, Ronnie Gonzaga Tavares, a redução na taxa de rolagem está vinculada ao objetivo do governo em reduzir a exposição cambial da dívida e refletir, também, a queda da demanda por hedge cambial.

As emissões de títulos públicos federais somaram R\$ 38,5 bilhões contra resgates de R\$ 33 bilhões. A diferença ocasionou um impacto monetário contracionista de R\$ 5,5 bilhões. No que se refere às emissões, o destaque foi para o aumento dos títulos prefixados - R\$ 12,8 bilhões em julho ante R\$ 7,9 bilhões em junho.

Excesso de liquidez

No Banco Central verificou-se, no fim de julho, excesso de liquidez no montante de R\$ 45,4 bilhões, montante bem inferior aos R\$ 80,7 bilhões de liquidez ocorrida no fim de janeiro. Goldstein informou que em agosto a liquidez tende a aumentar em função da redução do compulsório sobre os depósitos à vista não remunerados, cuja alíquota baixou de 60% para 45%. Esta diminuição gerará um efeito próximo a R\$ 8 bilhões no mercado.

No mercado secundário de títulos, o volume médio diário de operações ficou em torno de R\$ 10,5 bilhões. O destaque foi para a elevação de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3 bilhões do volume médio diário de títulos prefixados negociados. A participação das transações com Letras do Tesouro Nacional (LTN) subiu de 12,6% em junho para 28,7% em julho.

Gonzaga comentou que esse desempenho é atípico e está relacionado à busca de performance das instituições para enquadramento no sistema de dealers (instituições financeiras que operam com títulos públicos federais) primários e especialistas do Tesouro Nacional e do Banco Central.